

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

Programa de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional - PNPD

TÍTULO DO PROJETO: ATLAS DO ESTADO BRASILEIRO: Dando seguimento temporal às pesquisas já produzidas e aprofundando a abordagem das desigualdades no setor público e na implementação de políticas públicas

Nome da candidata: Maria Clara Vilar Boardman

() **3.3 Candidatos 4 a 5 – Assistente de Pesquisa III (Mestre)**

Chamada Pública PNPD Nº 049/2020 ____/____

CONTEXTUALIZAÇÃO DA PROPOSTA QUANTO À INSERÇÃO DAS EMENTAS DOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO IPEA

O presente projeto de pesquisa se contextualiza e se insere nas ementas dos objetivos estratégicos finalísticos do IPEA por compartilhar da necessidade de serem avaliados as políticas públicas e os programas de desenvolvimento implementados pelo Estado brasileiro, e de serem fornecidos subsídios para a criação de novas políticas públicas.

Para tal, trata-se de produzir pesquisa com padrão de excelência, expandindo-se o acesso e a utilização das bases de dados necessários à sua consecução.

Inclui-se nestas ementas também por reafirmar a necessidade do quadro técnico do IPEA ser instrumentalizado com informação e atualização adequadas sobre a agenda institucional de políticas públicas, de forma a melhorar a representação e a influência do Instituto nos colegiados consultivos e deliberativos responsáveis por avaliar e formular políticas públicas, reforçando com isto o papel do Instituto como órgão de assessoramento e de cooperação.

Esta proposta de trabalho se insere também no desenvolvimento de pesquisas e metodologias necessárias para a elaboração de estudos prospectivos, sejam regionais como setoriais, destinados a assessorar instituições e órgãos decisórios, com vistas a orientá-los na elaboração das estratégias de desenvolvimento de médio e longo prazos antecipando impactos e identificando temas que subsidiem o aprimoramento de políticas públicas e programas estratégicos.

Se propõe ainda, de uma forma geral, a assessorar o Estado na melhoria da qualidade de suas decisões, através da pesquisa e da produção de diagnósticos sobre os principais problemas que impactam na sua agenda prioritária. Fará isto pesquisando e disseminando temas, propostas e métodos inovadores, que ampliem o papel do Instituto como órgão assessor do Estado, ao proporcionar respostas rápidas e consistentes para a solução dos problemas prioritários do desenvolvimento do país. Para isto é necessário que o Instituto possua um sistema atualizado de informações, estudos, pessoas e instituições relacionados às políticas e programas prioritários do Estado. Em suma, trata-se de aumentar a capacidade de resposta do IPEA, através da mobilização de redes e de uma maior produtividade no uso de bases de dados, como prescrevem tais ementas.

Se propõe por último a contribuir para a qualificação do debate público sobre os rumos do desenvolvimento nacional e da ação do Estado, ao identificar, pesquisar e disseminar temas relevantes e emergentes na sociedade, e disponibilizar, nos moldes adequados, as informações e conhecimentos aos atores sociais pertinentes, sejam eles locais como internacionais, sondando-os, vinculando-os e subvencionando-os, por meio de redes e de diferentes canais de interação.

Já no que diz respeito aos objetivos estratégicos de gestão do Instituto, trata-se de assegurar, como afirmam tais ementas, produtividade com qualidade a um quantitativo substancial de seus servidores, desenvolvendo a sua qualificação, particularmente em metodologias de avaliação, prospecção e competências gerenciais, alinhadas ao Plano Estratégico. São necessárias medidas como a otimização da política de gestão de pessoal com o incentivo ao desempenho, propiciando, dentre outros aspectos, um ambiente e condições de trabalho motivadores.

A diretriz principal das políticas de recrutamento, alocação e retenção de talentos devem se centrar na viabilização da adequação permanente do perfil e do quantitativo de pessoal às necessidades do Instituto.

Ademais, como está expresso em tais ementas, o objetivo é implementar uma política corporativa de relacionamento com pesquisadores externos, bolsistas e terceirizados, focada na profissionalização, no monitoramento contínuo e na fiscalização destas relações.

OBJETIVO GERAL

Para se entender o propósito principal do presente trabalho é importante em primeiro lugar resgatar que o texto “Três décadas de evolução do funcionalismo público no Brasil (1986 – 2017): Atlas do Estado Brasileiro”, disponibilizado pelo IPEA, sintetiza os principais resultados das análises sobre os vínculos ativos

e formais de trabalho no setor público brasileiro, de 1986 a 2017. Como o texto afirma, visou-se com ele fornecer uma visão mais real e depurada das características, distinções e trajetórias evolutivas dos diferentes níveis federativos e poderes da administração pública brasileira e de como se desenvolveram as capacidades do Estado brasileiro nas últimas três décadas.

Vale ressaltar que a versão inicial da plataforma Atlas do Estado Brasileiro foi implementada em 2018 e consistiu, como descrito pelo texto, na depuração, estruturação e disponibilização de informações e análises relativas ao funcionalismo público brasileiro e a organizações do setor público, em categorias anuais de grandeza variável. Para além de informações produzidas a partir da exploração de microdados aprimorados da RAIS, a plataforma fez uso também dos microdados do Siape, Munic e Estadic, elaborados pelo IBGE, e pela Secretaria do Tesouro Nacional. Uma variante estendida da plataforma foi disponibilizada em dezembro de 2019, expandindo a série histórica para o período de 1986 a 2017 e aperfeiçoando significativamente os microdados referentes ao setor público.

Parte deste projeto buscará ampliar o escopo das informações e investigações relacionadas expressamente ou não ao Atlas do Estado Brasileiro e, por meio de suas próprias análises, suscitar uma agenda de investigação sobre a organização e a ação do Estado brasileiro no período posterior a 2017, qual seja, o período de 2017 aos dias atuais. Obviamente que a diversificação das análises e pesquisas específicas dos dados limitar-se-á às informações passíveis de serem obtidas nos bancos de dados então existentes - e aqui vale menção em especial ao painel da RAIS -, e cujo propósito se insira no tópico “organizações e estrutura do Estado”, que serão assim incorporadas na plataforma.

A ideia é produzir novos indicadores temáticos e novas análises a partir daqueles já existentes, garantindo uma maior acuidade das informações e estudos do Atlas acerca da estrutura das organizações e processos do Estado. O propósito é acrescer a investigação acerca dos aspectos relacionados ao funcionalismo público em geral, com dados provenientes de bancos de dados detentores de informações organizacionais, de pessoal, e das políticas públicas em geral e do Estado de bem-estar em particular: educação, saúde, previdência social e assistência.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

O presente projeto pretende, ademais, a ampliação do escopo da plataforma no rumo da implementação de análises nos eixos temáticos descritos no tema 3 da presente chamada.

A temática descrita neste item, e a ser desenvolvida no trabalho resultante do presente projeto, inclui a abordagem das desigualdades existentes no setor público e na implementação de políticas públicas. Ela abarca a elaboração de pesquisas que visem identificar, em enfoque multifacetado, desigualdades no interior da força de trabalho no setor público, nas suas diferentes facetas e versões, e as suas correlações com o sistema de desigualdades na sociedade. Trata-se, por exemplo, de identificar as desigualdades no desenvolvimento da força de trabalho por setor de atividade do Estado, as diferenças na proporção do funcionalismo a nível regional, as desigualdades salariais no interior do aparato estatal ou as distinções nos moldes de remuneração entre os setores público e o setor privado.

Como bem salienta o estudo do Atlas do Estado Brasileiro, apesar de a nossa organização republicana estar baseada na existência de esferas federativas e três poderes independentes, as desigualdades resultantes desta forma de organização são normalmente ignoradas, desprezadas ou vistas genericamente. Ou então a competência federal é considerada como nacional e como a unidade típica e representativa do setor público do país. Isto apesar dos vínculos trabalhistas do funcionalismo público federal consistir atualmente em somente 10% dos vínculos do funcionalismo em geral, a nível nacional, como comprova o estudo. Considerando-se essa premissa, temos como resultado um entendimento errôneo, ou, como afirma o texto, na melhor das hipóteses, parcial, acerca do setor público. Estas deformações terminam por impactar a discussão sobre as reais possibilidades de otimizar as capacidades do Estado de aumentar a qualidade das suas políticas públicas e dos seus serviços destinados aos cidadãos.

JUSTIFICATIVA DESTE PROJETO

Tal como o estudo do Atlas do Estado Brasileiro, este trabalho, por possuir como propósito e ter certamente como resultado produzir, expandir e integrar dados acerca das instituições estatais, da sua força de trabalho,

e das etapas inerentes ao ciclo de políticas públicas, proporcionará diversos benefícios e utilidades, que justificam plenamente a sua realização, o empenho, o envolvimento e o seu financiamento pelo IPEA.

O investimento intelectual e material proposto se justifica em primeiro lugar por este estudo acrescer o bem público da disponibilização de dados, informações e análises sistematizadas sobre a organização do Estado, de forma a capacitar melhor o debate público, propiciando investigações inéditas sobre a temática, em particular por parte dos pesquisadores do Ipea.

Ele ensinará também o aprofundamento da qualificação do Instituto para produzir informações novas e atualizadas sobre a estrutura do Estado, possibilitando-o a satisfazer as demandas organizacionais do governo e a responder questões pertinentes no curto e médio termos.

Por último, ele se justifica por proporcionar questionamentos, enfoques, e análises empíricas diferenciados e variados sobre a estrutura organizacional, a força de trabalho e as políticas do setor público brasileiro, mostrando ao mesmo tempo como eles se inserem nos diversos projetos nacionais de desenvolvimento.

METODOLOGIA PROPOSTA

Tal qual a metodologia utilizada pelo estudo do Atlas, as fontes principais das nossas análises serão as informações disponibilizadas pela Relação Anual de Informações Sociais, do Ministério da Economia (RAIS/ME), bem como aquelas constantes da tabela do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), da Receita Federal do Brasil.

Como se sabe, e bem reafirma o estudo do Atlas do Estado Brasileiro, a RAIS é um registro administrativo oficial que contém informações atualizadas e sistematizadas sobre empregados e empregadores do país, tendo em vista que se exige anualmente que todas as pessoas jurídicas dos setores público e privado declarem dados referentes aos seus empregados. Vale ressaltar que a base considera somente os trabalhadores formalmente contratados, e não inclui informações acerca das relações de trabalho informais, cuja proporção supera os 40% (IBGE, 2019). Visto que trata-se de uma fração do setor privado, este não chega a ser um fato prejudicial para este estudo. O que não é o caso da força de trabalho terceirizada no setor público, acerca da qual inexistem informações ou cálculos sistematizados disponíveis relativos aos três níveis federativos.

De forma a possibilitar uma maior acuidade às informações levantadas, acresça-se às fontes acima os dados sobre funcionalismo civil federal disponibilizados pelo Sistema Integrado de Administração de Pessoal da Administração Federal (Siape) e pelo Painel Estatístico de Pessoal (PEP/ME). Para cobrir o funcionalismo municipal e estadual utilizaremos, tal qual ocorre com o estudo do Atlas do Estado Brasileiro, os dados fornecidos pela Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC), pela Pesquisa de Informações Básicas Estaduais (ESTADIC), e pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), gerados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). E quanto a gastos e informações financeiras utilizaremos os dados gerados pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

Vale aqui fazer menção à minha participação, enquanto agente de pesquisa e mapeamento do IBGE na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua, que, como explicita o site do IBGE, “visa acompanhar as flutuações trimestrais e a evolução, no curto, médio e longo prazos, da força de trabalho, e outras informações necessárias para o estudo do desenvolvimento socioeconômico do País. Para atender a tais objetivos, a pesquisa foi planejada para produzir indicadores trimestrais sobre a força de trabalho e indicadores anuais sobre temas suplementares permanentes (como trabalho e outras formas de trabalho, cuidados de pessoas e afazeres domésticos, tecnologia da informação e da comunicação etc.), investigados em um trimestre específico ou aplicados em uma parte da amostra a cada trimestre e acumulados para gerar resultados anuais, sendo produzidos, também, com periodicidade variável, indicadores sobre outros temas suplementares. Tem como unidade de investigação o domicílio.

A PNAD Contínua foi implantada, experimentalmente, em outubro de 2011 e, a partir de janeiro de 2012, em caráter definitivo, em todo o território nacional. Sua amostra foi planejada de modo a produzir resultados para o Brasil, as grandes regiões, as unidades da federação, as regiões metropolitanas que contêm municípios das capitais, a região integrada de desenvolvimento - RIDE grande Teresina, e os municípios

das capitais. Desde sua implantação, a pesquisa, gradualmente, vem ampliando os indicadores investigados e divulgados.

A periodicidade de divulgação das informações é a que segue:

- mensal - conjunto restrito de indicadores relacionados à força de trabalho e somente para o nível geográfico de Brasil;
- trimestral - conjunto de indicadores relacionados à força de trabalho para todos os níveis de divulgação da pesquisa;
- anual - demais temas permanentes da pesquisa e indicadores complementares à força de trabalho; e
- variável - outros temas ou tópicos dos temas permanentes a serem pesquisados com maior periodicidade ou ocasionalmente.

Os indicadores mensais utilizam as informações dos últimos três meses consecutivos da pesquisa, existindo, entre um trimestre móvel e o seguinte, repetição das informações de dois meses. Assim, os indicadores da PNAD Contínua produzidos mensalmente não refletem a situação de cada mês, mas, sim, a situação do trimestre móvel que finaliza a cada mês.

Os resultados anuais sobre outros temas ou tópicos são obtidos acumulando-se informações de determinada visita ao longo do ano, ou são concentrados em determinado trimestre.

Temas e tópicos suplementares pesquisados em trimestres específicos do ano:

- Educação (2º trimestre); e
- Acesso à televisão e à internet e posse de telefone móvel celular para uso pessoal (4º trimestre).

Temas e tópicos pesquisados ao longo do ano em determinada visita:

- Habitação (1ª visita);
- Características gerais dos moradores (1ª visita);
- Informações adicionais da força de trabalho (1ª visita);
- Outras formas de trabalho (afazeres domésticos, cuidados de pessoas, produção para o próprio consumo e trabalho voluntário) (5ª visita);
- Trabalho de crianças e adolescentes (5ª visita); e
- Rendimentos de outras fontes (1ª e 5ª visitas)."¹

Por fim, trata-se de sublinhar que ao utilizar tais dados, é necessário levar em consideração uma série de pressupostos e ressalvas presentes no estudo do Atlas do Estado Brasileiro sobre as características e limitações dos dados fornecidos pela RAIS/ME, além de indicações sobre como considerá-los – como o registro dos ocupados_militares por exemplo -, que não deixa por isso de ser a principal fonte de levantamento de microdados relativamente completos sobre os três níveis administrativos. A utilização desta fonte não só possibilita a produção de um retrato mais minucioso dos trabalhadores, como também proporciona uma classificação histórica mais ampliada.

ATIVIDADES E CRONOGRAMAS

- 1) A descrição e a análise das séries históricas constantes nos painéis de dados disponibilizados no Atlas do Estado;
- 2) Organização dos novos dados explorados e analisados;
- 3) Sistematização de argumentos a partir da literatura levantada sobre o tema, pertinentes aos objetivos do projeto;
- 4) Classificação e sistematização de dados sobre perfis do funcionalismo público brasileiro;

¹ Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?=&t=o-que-e>

5) Participação nas atividades de pesquisa referentes ao projeto, inclusive, se necessário, remotamente, por meio de videoconferência.

RESULTADOS ESPERADOS

Como principais resultados buscados com a realização do presente trabalho, podemos destacar os seguintes, que se espelham em grande parte naqueles constantes no estudo do Atlas do Estado Brasileiro:

- ampliação do escopo das informações e investigações desenvolvidas no Atlas do Estado Brasileiro, e suscitar uma agenda de pesquisas sobre a organização e a ação do Estado brasileiro no período posterior a 2017, qual seja, o período de 2017 aos dias atuais;
- a elaboração de um retrato, o mais fidedigno possível, das desigualdades ainda presentes no setor público brasileiro e na implementação de políticas públicas, através da produção de sub-pesquisas que identifiquem, em enfoque multifacetado, as desigualdades existentes no interior da força de trabalho no setor público, em suas diferentes facetas e versões, e as suas correlações com o sistema de desigualdades sociais da sociedade brasileira;
- o desenvolvimento e a disponibilização de bases de dados primárias e secundárias o mais fidedignas possível sobre o funcionalismo público brasileiro;
- a produção de análises descritivas sobre as questões levantadas na leitura dos painéis de dados gerados ou aperfeiçoados;
- o apuramento e a diversificação das informações e investigações disponibilizadas na plataforma;
- perspectiva de publicação de artigos e notas técnicas com base na análise dos dados organizados e disponibilizados.

OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

Como o texto do Atlas do Estado Brasileiro afirma, os resultados do estudo sugerem alguns cuidados e a existência de algumas lacunas a serem preenchidas, quais sejam:

- que categorias utilizadas de forma geral, tais como “Estado”, “burocracia” ou “funcionalismo público” encobrem a existência de distinções relevantes entre os diferentes setores, e exigem a proposição de projetos e reformas que possam sanar tal problema;
- que é necessário compreender e estudar melhor os segmentos públicos municipal e estadual, para que as suas particularidades estejam mais presentes no debate sobre a busca de políticas de desenvolvimento do setor público que privilegiem mais o fornecimento de bens e serviços de modo republicano e eficiente. Cabe lembrar aqui que o funcionalismo federal corresponde a apenas 10% da força de trabalho no setor público, como mencionado anteriormente;
- que desde 2014 a crise econômica gerou estabilidade ou diminuição nas remunerações médias, percebendo-se a existência de desigualdades significativas nas remunerações dos diferentes níveis e poderes. Como consequência, as políticas de remuneração não podem deixar de levar em conta estas distorções e principalmente especificar os segmentos que estão sendo analisados, evitando tomar o funcionalismo como um todo, ou de forma geral;
- que há persistência na existência de desigualdades importantes entre os sexos no setor público, tanto nos níveis médios das remunerações, como na partilha do poder, o que é verificável na ocupação dos postos de direção. As mulheres ocupam funções e carreiras com remuneração mais baixa, sendo minoria nos cargos da média e alta administração federal e em quase todos os ministérios;
- que os dados relativos à despesa com o pagamento de salários dos servidores ativos no país estão longe de mostrar uma expansão descontrolada do setor público, seja na sua dimensão, como no volume dos gastos. Vale ressaltar aqui como fatores relevantes o aumento do gasto, bem como o crescimento relativo do número de servidores ativos no executivo municipal, o que deve ser analisado à luz das crescentes atribuições e demandas por serviços públicos nesse nível;
- que, como enfatiza o estudo do Atlas do Estado Brasileiro, é necessário analisar a composição das ocupações e carreiras em cada um dos poderes, para desvendar melhor como se estruturou o setor público ao longo das décadas, bem como sua correlação com a natureza dos serviços oferecidos. Ainda carecemos

de uma compreensão profunda do perfil das ocupações no executivo brasileiro, para uma análise mais propositiva de rearranjos visando a uma maior adequação setorial da força de trabalho. Exemplo dessa dificuldade é o fato de não haver um sistema racional de reposição da força de trabalho no executivo federal (Atlas do Estado Brasileiro, 2019);

- que não se trata de restringir a discussão ao tamanho da força de trabalho e apontá-la como um obstáculo perdulário ao desenvolvimento;

- que são necessárias discussões, hoje menos presentes, sobre a importância da democratização e de uma maior representação da diversidade dos interesses societários nas decisões no setor público. Eficiência não requer "tecnocratização" das deliberações no setor público;

- que reduzir a máquina ou seu custo representa redução na prestação de serviços palpáveis ao cidadão. "Menos máquina" pode significar reduzir quadros de professores, profissionais da saúde, fiscais do trabalho, cadastradores do bolsa-família, fiscais ambientais e outros tantos profissionais que prestam serviços essenciais. Mesmo no nível federal, a existência de carreiras profissionalizadas para coordenar programas federais de atendimento ao cidadão e para repasses de recursos a estados e municípios é uma necessidade. Paradoxos discursivos que reclamam serviços melhores e mais profissionais na burocracia de balcão – médicos, professores, fiscais do trabalho, etc. –, ao mesmo tempo que creditam ao setor público um tal "inchaço", podem se dissipar quando se entender melhor a natureza das atividades públicas mais volumosas (Atlas do Estado Brasileiro, 2019);

- que as conjunturas de crise e austeridade frequentemente se traduzem em ações que são anunciadas como mudanças em prol de uma maior eficiência do setor público, sem que se tome as cautelas necessárias para a supressão dos efeitos contraproducentes que decisões lineares normalmente produzem sobre um aparato tão diverso como o aparato público (Atlas do Estado Brasileiro, 2019);

- que a necessidade de reformas e ajustes necessários para o fortalecimento da capacidade do Estado de avançar no projeto republicano de reduzir desigualdades, proteger os cidadãos das incertezas do mercado de trabalho e apoiar políticas de mobilidade social ascendente, por exemplo, requer uma compreensão mais precisa e um debate mais transparente, contando, ao mesmo tempo, com informações detalhadas e abrangentes sobre as transformações no setor público brasileiro nas últimas décadas;

- que a noção de "máquina", que se qualifica como "inchada", "ultrapassada", "ineficiente", "lenta", "emperrada", etc., carece de sentido sem indicadores claros relativos à eficiência do setor público brasileiro;

- que, como conclusão do item acima, os dados em posse dos pesquisadores e tomadores de decisão devem fornecer evidências para avaliações seguras e planejamentos que olhem para horizontes mais largos (Atlas do Estado Brasileiro, 2019).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMORIM, S. Representação feminina no setor público brasileiro: uma análise sob a ótica da burocracia representativa. 2018. Dissertação (Mestrado) – Ipea, Brasília, 2018.
- BELLUZZO, W., ANUATTI-NETO, F., & PAZELLO, E. T. (2005). Distribuição de salários e o diferencial público-privado no Brasil. *Revista Brasileira de Economia*, 59 (4), 511-533.
- BENDER, S., & FERNANDES, R. (2009). Gastos Públicos com Pessoal: Uma Análise de Emprego e Salário no Setor Público Brasileiro nos Anos 90. *Revista Economia*, 10 (1), 19-47.
- BRAGA, B. G. (2007). Capital Humano e o Diferencial de Salários Público-Privado no Brasil. *Anais do XXXV Encontro Nacional de Economia [Proceedings of the 35th Brazilian Economics Meeting]* (pp. 1-15). ANPEC- Associação Nacional dos Centros de Pós-graduação em Economia [Brazilian Association of Graduate Programs in Economics].
- BRASIL. Senado Federal. Constituição Federal. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: <http://bit.do/fjsZc>.
- _____. Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. Painel Estatístico de Pessoal (PEP). Brasília: MPDG, 2018. Disponível em: Acesso em: 26 nov. 2018.
- CHEN, C.-N., TSAUR, T.-W., & RHAU, T.-S. (1982). The Gini Coefficient and Negative Income. *Oxford Economic Papers*, New Series, 34 (3), 473-478.
- EMILIO, D.; PONCZEK, V.; BOTELHO, F. Evaluating the wage differential between public and private sectors in Brazil. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 32, n. 1, p. 72-86, jan./mar. 2012.
- FERNANDES, C., PALOTTI, P. Profissionalizando a burocracia e construindo capacidades: avanços desiguais na administração pública brasileira? *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 53, n. 4, p. 687-710, jul./ago., 2019.
- FOGUEL, M. N., GILL, I., MENDONÇA, R., & BARROS, R. P. de. (2000). The public-private wage gap in Brazil. *Revista Brasileira de Economia*, 54. doi:10.1590/S0034-71402000000400003
- GREGORY, R. G., & BORLAND, J. (1999). Recent developments in public sector labor markets. *Handbook of labor economics*, 3, 3573-3630.
- HOFFMANN, R. (2009). Desigualdade da distribuição da renda no Brasil: a contribuição de aposentadorias e pensões e de outras parcelas do rendimento domiciliar per capita. *Economia e Sociedade*, 18 (1), 213-231.
- HOLANDA, A. L. N. (2009). *Diferencial de salários entre os setores público e privado: uma resenha da literatura*. Brasília: IPEA.
- HOLANDA-BARBOSA, A. L. N., BARBOSA-FILHO, FERNANDO H. (2012). *Diferencial de salários entre os setores público e privado no Brasil: um modelo de escolha endógena*. Brasília: IPEA.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. IBGE: Rio de Janeiro, ago./nov., 2019. Disponível em: Acesso em 2 nov. 2019.
- IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Análise do mercado de trabalho. Brasília: Ipea, out. 2015. p. 9-23. (Boletim Mercado de Trabalho: conjuntura e análise, n. 59). Disponível em: Acesso em 22 nov. 2018.
- _____. Análise do mercado de trabalho. Brasília: Ipea, out. 2018. p. 11-36. (Boletim Mercado de Trabalho: conjuntura e análise, n. 65). Disponível em: <https://bit.ly/2ULddhC>. Acesso em: 22 nov. 2018.
- LASSANCE, A. O serviço público federal brasileiro e a fábula do ataque das formigas gigantes. Rio de Janeiro: Ipea, 2017. (Texto para Discussão, n. 2287). Disponível em:
- _____. Serviço público: a pior imagem é a que fica. In: FONACATE – FÓRUM NACIONAL PERMANENTE DE CARREIRAS TÍPICAS DE ESTADO; AFIPEA – ASSOCIAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS DO IPEA (Eds.).

Que serviço público queremos? Rio de Janeiro: FONACATE; AFIPEA, 2018. p. 7-17. Disponível em: Acesso em: 21 nov. 2018.

LOPEZ, F.; ALMEIDA, A. Legisladores, captadores e assistencialistas: a representação política no nível local. *Revista de Sociologia Política*, Curitiba, v. 25, n. 62, p. 157-181, jun., 2017.

JUHN, C., MURPHY, K. M., & PIERCE, B. (1993). Wage inequality and the rise in returns to skill. *Journal of political Economy*, 410-442.

MARCONI, N. (2003). A evolução do perfil da força de trabalho e das remunerações nos setores público e privado ao longo da década de 1990. *Revista do Serviço Público*, 54(1), 9-45.

NOGUEIRA, R. Avaliação do crescimento do estoque de servidores civis ativos do Poder Executivo Federal no período 1992 a 2014. Brasília: Ipea, 2015.

NOGUEIRA, R.; CARDOSO JUNIOR, J. C. Transformações da ocupação do setor público federal brasileiro: tendências recentes e questões a futuro. In: CARDOSO JUNIOR, J. C.; BARBOSA, S. (Orgs.). Transformações recentes na administração pública federal brasileira. Brasília: Ipea, jul./dez. 2017. p. 21-28. (Boletim de Análise Político-Institucional, n. 12). Disponível em:

SANTOS, C. H. *et al.* Evolução do emprego público nos governos subnacionais brasileiros no período 2004-2014. Brasília: Ipea, jul./set. 2016. p. 1-20. (Carta de Conjuntura, n. 32). Disponível em: Acesso em: 22 nov. 2018.

PANIZZA, U., & QIANG, C. Z. (2005). Public-private wage differential and gender gap in Latin America: Spoiled bureaucrats and exploited women? *Journal of Socio-Economics*, 34 (6), 810-833.

PYATT, G., CHEN, C., & FEI, J. (1980). The Distribution of Income by Factor Components. *The Quarterly Journal of Economics*, 95 (3), 451-473. doi:10.2307/1885088.

RAO, V. M. (1969). Two Decompositions of Concentration Ratio. *Journal of the Royal Statistical Society. Series A (General)*, 132(3), 418-425. doi:10.2307/2344120.

SHORROCKS, A. F. (1982). Inequality Decomposition by Factor Components. *Econometrica*, 50(1), 193-211. doi:10.2307/1912537

SOUZA, Pedro H. G. F., MEDEIROS, M. Diferencial salarial público-privado e desigualdade de renda *per capita* no Brasil, Ipea, jan./mar.2013. (Estud. Econ. vol.43, nº.1, São Paulo). Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-41612013000100001>

TCU – TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. Acórdão n. 276/2002 – Plenário. Brasília: TCU, 2002.

_____. TC-020.784/2005-7. Brasília: TCU, 2005.

VAZ, D. Notas sobre o diferencial salarial entre os setores público e privado no Brasil. In: FONACATE – FÓRUM NACIONAL PERMANENTE DE CARREIRAS TÍPICAS DE ESTADO; AFIPEA – ASSOCIAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS DO IPEA (Eds.). Que serviço público queremos? [s.l.]: FONACATE; AFIPEA, 2017. p. 37-45. Disponível em: Acesso em: 21 nov. 2018.

VAZ, D. V.; HOFFMANN, R. Remuneração nos serviços no Brasil: o contraste entre funcionários públicos e privados. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 6, n. 2, p. 199-232, ago. 2007.